

TRISTES QUADROS DA ESCRAVIDÃO: VIOLÊNCIA NO ROMANCE *LA FAMILIA DEL COMENDADOR*, DE JUANA MANSO

Maraysa Araújo Silva*
araujosmaraysa@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Regina Simon da Silva**
reginasimonsilva@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O romance *La familia del Comendador* (1854), de Juana Paula Manso, introduz o leitor à exuberante paisagem do Rio de Janeiro do século XIX, ao mesmo tempo que denuncia os conflitos enfrentados por membros de uma abastada família no Engenho de Macacu e na Chácara de Botafogo. Por meio de uma história de amor aparentemente inocente, o romance revela a dura face da escravidão e o racismo enraizado na sociedade brasileira oitocentista. O objetivo deste trabalho consiste em analisar os episódios de violência física no romance, adotando como categorias de análise o narrador e a personagem. Para tanto, nosso estudo tem como base os pressupostos teóricos de Ginzburg (2012, 2013) no campo da Literatura e Violência. Nos fragmentos selecionados, evidenciamos as motivações que dão tom aos quadros de violência pintados no romance, caracterizadas como autoritárias e racistas.

Palavras-chave: Literatura e violência. Escravidão. *La familia del Comendador*.

1 Introdução

A enseada que se estende entre o Pão de Açúcar e a Glória recebe o nome, no Rio de Janeiro, de Botafogo; e além de ser o centro da alta Sociedade, tanto nacional como estrangeira, é também um dos lugares mais pitorescos

* Mestranda na área de Literatura Comparada pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Letras - Língua Espanhola e Literaturas pela UFRN (2021).

** Professora Associada de Língua e Literaturas Hispânicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui Pós-doutorado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), opção Literatura Hispano-americana, tendo parte da pesquisa realizada na Universidade de Buenos Aires, Doutorado (2008) e Mestrado (2003) em Literaturas Hispânicas pela UFRJ e Graduação em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (1987). Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRN, na área de Literatura Comparada, linha de pesquisa Literatura e Memória Cultural. Desenvolve estudos de obras literárias e suas relações entre literatura, história e cultura, no âmbito das literaturas brasileira e hispânica, principalmente sobre os temas: mulher e feminismos, memória, utopia, relatos de viagem, transculturação e alteridade. Coordenou os Projetos de Pesquisa "A presença feminina na formação das nacionalidades e a produção literária escrita por mulheres, no século XIX, na América Latina" (2013-2017) e "O *Jornal das Senhoras e Álbum de Señoritas*: a imprensa feminina de Juana Paula Manso" (2020-2023). Traduziu para o português a obra *La familia del Comendador*, da argentina Juana Manso. Foi Diretora do Instituto Ágora de outubro de 2012 a outubro de 2014. Atualmente, é Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/UFRN.

e mais adornados com as maravilhosas belezas da fértil natureza da terra de Santa Cruz.

[...] E, contudo, ali, justo no meio daquele sossego da natureza, a luta das paixões aborta seus dramas, desconhecidos do mundo, dramas cujo resultado é um balaço na cabeça que uma família endinheirada chama de – acidente fatal [...].

(Juana Manso)

Observamos na epígrafe a descrição do espaço no romance *La familia del Comendador (1854)*, de *Juana Paula Manso*, que narra a história de uma família abastada cuja riqueza é proveniente do trabalho de mão de obra escrava. Nos fragmentos acima, o narrador exalta a beleza do Rio de Janeiro, conforme expõe os dramas enfrentados por essa privilegiada família, naquele mesmo espaço.

Pinturas feitas por viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no século XIX registraram a sua beleza pitoresca. As obras produzidas pelo cânone literário desse período também exaltaram a fertilidade da terra de palmeiras onde canta o sabiá. No entanto, sendo a literatura uma atividade interpretativa da realidade que a coloca pelo avesso e questiona os valores de uma sociedade, também podemos observar nela registros de uma violência enraizada em nosso passado histórico: a escravidão.

Entre os precursores do abolicionismo brasileiro figuram dois nomes femininos: Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis. Em 1855, Floresta publicou *Páginas de uma vida obscura*, um texto que denuncia e critica a crueldade do sistema escravista (Duarte, 2019). A fim de conferir um caráter verossímil ao relato – e assim conquistar a adesão e empatia de seus leitores – a autora narra como se houvesse presenciado as cenas vivenciadas pelo protagonista Domingos. Por sua vez, Firmina dos Reis, escritora negra e maranhense, publicou o romance *Úrsula* em 1859. Sua obra, além de ser considerada uma das pioneiras do abolicionismo brasileiro, é também reconhecida pela inovação ao dar voz às personagens negras através do discurso direto.

Estudos atuais identificam que, um pouco antes da publicação das obras mencionadas, havia sido publicado um romance crítico ao regime escravista brasileiro. Trata-se da obra *La familia del Comendador*, publicada em 1854 pela argentina Juana Paula Manso. Juana Manso foi romancista, poeta, educadora, jornalista, dramaturga e atriz. Viveu no Brasil, em exílio, onde fundou o primeiro jornal feminista brasileiro (Muzart, 2003): *O Jornal das Senhoras (1852)*, em que se dedicou à publicação de artigos a fim de despertar o pensamento crítico de suas leitoras, propondo a

emancipação moral das mulheres. Em dois de seus romances¹ publicados em formato de folhetim, a escritora denunciou regimes políticos autoritários e escravocratas, bem como os valores patriarcais compartilhados pelas sociedades argentina e brasileira no século XIX.

*La familia del Comendador*² (1854), por meio de uma inocente história de amor, denuncia a realidade de escravidão e racismo do Brasil Império. Assim, trata-se de uma obra antiescravista que retrata a beleza da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, ao passo que denuncia o horror das tradições perpetuadas pela sociedade carioca (Silva, 2020). Tendo isso em vista, delimitamos que este trabalho tem por objetivo analisar os episódios de violência física no romance *A família do Comendador*³. Para tanto, levamos em conta as personagens agentes e vítimas de violência, assim como o narrador (Ginzburg, 2013).

Nos fragmentos selecionados, analisamos a violência física perpetrada pelas personagens Dona Maria das Neves e Dona Carolina; e violência sofrida pelas personagens Dom João e Alina. Ressaltamos que, neste trabalho, empregamos a metodologia qualitativa, com base nos pressupostos teóricos de Ginzburg (2012, 2013) no campo da Literatura e Violência. Em conjunto, levamos em consideração o aporte teórico de Soares (2007), que colabora para a compreensão histórica do quadro brasileiro de escravidão no período oitocentista.

Tendo em vista os objetivos propostos, organizamos as seções deste artigo da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos os pressupostos teóricos que norteiam o nosso trabalho; na seção 3, fazemos uma breve contextualização do romance; em 3.1, realizamos a primeira parte da análise, dedicada às personagens D. João e D. Maria das Neves; 3.2 realizamos a segunda parte da análise, dedicada às personagens Alina e Dona Carolina; em 3.3 apontamos as semelhanças e as diferenças entre os episódios de violência física sofridos pelas personagens em nossas análises; na seção final, elaboramos algumas considerações e projetamos possíveis desdobramentos deste estudo.

¹ O romance *Misterios del Plata* (1852) foi publicado em *O Jornal das Senhoras*, no Brasil. O folhetim *A família do Comendador* (1853) foi publicado de modo inconcluso no jornal *A Imprensa*. No ano seguinte, *La familia del Comendador* (1854) também foi parcialmente difundido na Argentina, no periódico *Álbum de Señoritas*, devido ao fechamento do jornal. A obra completa foi publicada no mesmo ano em formato de livro pela Imprensa de J. A. Bernheim.

² Em 2021, quase dois séculos depois da primeira publicação de *La familia del Comendador*, os leitores brasileiros puderam ter acesso à obra traduzida para o português, publicada pela Editora Pinard.

³ Para este estudo, utilizamos a versão do romance traduzido e publicado em 2021, pelas autoras deste artigo, além de Miriam Cristine e Luma Virginia. Ver referências.

2 Literatura e violência

Em *Crítica em tempos de violência* (2012), Ginzburg compreende a literatura como uma produção histórica, veiculando-a, portanto, ao seu contexto de produção. A partir dessa consideração, o crítico afirma que a violência enraizada na história brasileira ecoa em nossas obras literárias (Ginzburg, 2012). Em *A família do Comendador*, é possível observar a postura crítica do romance diante do contexto brasileiro de escravidão do século XIX. Obras literárias como essa, têm a capacidade de transgredir “os discursos hegemônicos, ideológicos, políticos e científicos” (Ginzburg, 2012, p. 135). Representar a violência na obra literária de forma realista é uma forma de chocar os leitores da época, revelando os horrores do discurso hegemônico escravista.

Assim como Ginzburg, no livro intitulado *Literatura, violência e melancolia* (2013), consideramos a violência uma construção histórica e material localizada no tempo e no espaço, instituída por seres humanos. Acrescentamos, a fim de delimitar nossa concepção, que a violência também pode ser legitimada por instituições, tais como a família e a igreja. Ao olharmos para o Brasil, observamos que nossa história está pautada em cenários violentos instituídos por colonização, escravidão e ditaduras (Ginzburg, 2013).

Segundo Soares (2007), a partir dos anos de 1820, o Rio de Janeiro se tornou a maior cidade escravista das Américas. Em sua obra, o historiador, dentre outros aspectos, enfatiza um tema caro ao nosso trabalho, que se trata da violência senhorial sofrida pelas pessoas escravizadas. Para Soares (2007), a violência senhorial, caracteriza-se pela imposição de autoridade e disciplina às pessoas escravizadas. Somado a isso, incluímos a consideração de Ginzburg (2013, p. 11) a respeito do objetivo da violência física, que é “machucar ou mutilar o corpo do outro, ou levá-lo à morte”.

No contexto brasileiro de escravidão, apesar dos métodos de controle denominados “não-violentos” – tal como a instrução de regras morais –, os senhores não dispensavam a violência física para impor sua autoridade, exercendo, de modo tirânico, um “poder sem limites” sobre os seus escravos (Soares, 2007). O chicote, por exemplo, era um dos instrumentos utilizados para castigar as pessoas que contrariavam as imposições de seus “senhores”.

De modo a abordar a temática da violência na literatura e seus aspectos históricos, adotamos como categorias de análise do texto literário o narrador e a personagem. Conforme Ginzburg (2013), a categoria do narrador delinea a perspectiva através da qual tomamos conhecimento de uma narrativa. Em sua obra, são propostas quatro tipos de narrador⁴, quais sejam: (i) narrador que se coloca à distância dos acontecimentos; (ii) narrador que é vítima de violência; (iii) narrador que é agente de violência; (iv) narrador que tem uma construção complexa, sendo ora vítima, ora agente de violência (Ginzburg, 2013, p. 31).

Neste trabalho identificamos que a nossa primeira categoria de análise, o narrador, pode ser classificado como o tipo (i) de narrador que se coloca à distância dos acontecimentos, todavia se importa e opina sobre os eventos os quais relata (Ginzburg, 2013). Para tanto, levamos em consideração a descrição dos episódios de violência, bem como a descrição das personagens feitas pelo narrador.

A segunda categoria de análise utilizada é a de personagem, que segundo Candido (2014, p. 69), pode ser entendido como “um ser fictício, que mantém vínculos com a realidade do romancista e do mundo que o cerca”. Com base na classificação dos tipos de narrador proposta por Ginzburg (2013), propomos a seguinte classificação para a categoria da personagem, tendo em vista a temática da violência: (i) personagem agente de violência e (ii) personagem vítima de violência.

3 Primeiras pinceladas

A fim de contextualizar as personagens analisadas, apresentamos, brevemente, o primeiro capítulo do romance, dado que nele aparecem as personagens agentes de violência: Dona Carolina e Dona Maria das Neves.

No capítulo 1 “A chácara de Botafogo”, o narrador situa geograficamente o leitor a respeito de onde vive a família do Comendador. Nesse espaço, pelo qual o leitor é gentilmente conduzido, contemplamos as belezas pitorescas do lugar: “A chácara onde iniciam as cenas do nosso romance estava localizada em uma pequena colina, que apesar de sua pouca elevação dominava, contudo, uma linda paisagem” (Manso, 2021, p. 15). Além disso, conhecemos o espaço privado da família, o qual “anuncia que os donos daquela residência são pessoas que ocupam os primeiros escalões das

⁴ A divisão proposta por Ginzburg (2013) foge da classificação tradicionalmente feita nos estudos literários, com o intuito de aprimorar a delimitação do objeto estudado.

hierarquias sociais” (Manso, 2021, p. 16), considerando os móveis, a decoração e os artigos de luxo presentes no lugar.

Adentramos na sala da casa e nos deparamos com o Comendador e Dona Carolina. Gabriel das Neves, o comendador, é caracterizado por uma aparência infantilizada e pelo recorrente assédio às mulheres escravizadas. Sua esposa, Dona Carolina, é retratada como uma mulher impetuosa, que “mandava só com um olhar” (Manso, 2021, p. 17). Após descrever as personagens, o narrador informa que o Comendador conversa com Dona Carolina a respeito de sua mãe. No diálogo, Gabriel comenta que Dona Maria das Neves estava muito atarefada durante sua visita, e que o motivo de sua ocupação era uma escrava a quem acabava de surrar. A partir desse breve bosquejo, é possível identificar um aspecto em comum entre as personagens Dona Carolina e Dona Maria das Neves: a violência.

3.1 Primeiro quadro: Teatro funesto do crime, Engenho de Macacu

Nesta seção, debruçamo-nos sobre as violentas imposições feitas pela matriarca da família, isto é, Dona Maria das Neves, ao personagem Dom João. Ao propor o casamento entre seu filho (Dom João) e sua neta (Gabriela), Dona Maria das Neves revela que seus interesses econômicos estão acima de qualquer outro interesse familiar. Nesse contexto, seus conselhos são acatados como leis, justificadas pela sua “experiência” e legitimadas por meio da violência⁵. O interesse de Dona Maria é tão somente “aumentar o capital por meio dos casamentos” (Manso, 2021, p. 43).

Como justificativa, a personagem conta com a inexistência de punição da sociedade diante das atitudes da burguesia, conforme o fragmento: “Bobagem, filha, o rico faz o que quer e ninguém lhe toma satisfação; o essencial é a riqueza, não precisa de ninguém, e que murmurem, façam com isso muito proveito” (Manso, 2021, p. 43). O poder tirânico exercido pela personagem se caracteriza como violência senhorial (Soares, 2007).

Passando da personagem agente para a personagem vítima de violência, voltemos os nossos olhares à Dom João. No capítulo 2, “O noivo”, conhecemos o pretense marido de Gabriela. Um homem que estudou na Universidade de Coimbra e viajou por vários países europeus. Morou na Inglaterra para estudar inglês e adquirir

⁵ Algumas ações da personagem também representam a violência simbólica, todavia neste trabalho não focaremos nesse aspecto.

conhecimentos de agricultura, onde se apaixonou por uma jovem protestante. Apesar do seu desejo de se casar e permanecer na Europa, D. João teve de voltar ao Brasil devido à morte de seu pai. Ao chegar aqui, rememorou as cenas de escravidão que o chocaram quando criança:

Passados os primeiros transportes, o nosso viajante lembrou-se dos outros *tristes quadros da escravidão* que havia presenciado na infância, e prometeu a si mesmo que hoje, como primogênito, se fosse chamado para administrar os negócios, grandes vantagens e reformas poderiam ser introduzidas no engenho (Manso, 2021, p. 25, grifo nosso).

Em desacordo com a escravidão, Dom João deseja administrar a chácara libertando as pessoas que eram escravizadas por sua família. Entretanto, enquanto “Falou de humanidade, responderam-lhe que os negros eram animais” (Manso, 2021, p. 27). Assim, ao rebelar-se contra sua mãe, a personagem torna-se vítima de agressões análogas às da escravidão:

[...] dona Maria chamou o feitor (capataz) e mandou prender seu filho. A tempestade tinha chegado a seu ponto máximo. O rapaz resistiu como um leão, seis escravos vieram em auxílio dos feitores. Então não houve filho para mãe, senão um homem enfurecido: afastemos os olhos e tapemos os ouvidos... (Manso, 2021, p. 27).

O fragmento nos mostra que a personagem resiste frente às agressões ordenadas por sua própria mãe. Observamos a analogia estabelecida entre a resistência de um animal que representa a força – o leão – e a resistência da personagem. Após alertar o leitor sobre o que está por vir, ao sugerir que “afastemos os olhos” e “tapemos os ouvidos”, o narrador nos revela detalhes do castigo sofrido por D. João, indicando que, inclusive, alguns escravizados tentaram ajudá-lo, dada a proporção que o castigo havia tomado:

O jovem caiu vencido... ele foi amarrado de pés e mãos... e D. Maria das Neves mandou açoitar o filho, com a mesma chibata com que os escravos eram açoitados... Dom João foi amarrado ao tronco do castigo, e só quando suas carnes voaram em pedaços, quando o sangue correu de suas grandes feridas, quando o açoitado era um corpo inerte, que a força da dor mesmo aniquilara, e quando os escravos, todos de joelhos, imploraram misericórdia para seu jovem senhor, o castigo cessou, o mártir foi envolto em panos de vinagre e levado para a enfermaria (Manso, 2021, p. 27).

O instrumento utilizado, a chibata, indica que a personagem foi violentada de forma semelhante aos homens e mulheres escravizados. Notamos também que D. João foi amarrado ao tronco de modo que não apresentasse a resistência “de um leão”: com os pés e mãos atados. Finalmente, quando o narrador nos diz que as “carnes voaram em pedaços” e nos mostra o “sangue escorrendo” em um corpo “inerte”, visualizamos nesta cena os tristes quadros da violência rememorados pela vítima ao retornar ao Brasil.

Dado o processo de subordinação ao qual D. João é vítima, a obra apresenta a escravidão como “produto da constante violência física, psicológica e cultural, cujo fim era aniquilar a capacidade de construir comunidades e individualidades” (Grau-Lleveria; Morales Pino, 2022, p. 28, tradução nossa)⁶. Esse discurso considera que a inferiorização dos escravizados não se trata de determinação biológica. É, na verdade, produto cultural fundamentado em práticas racistas.

Segundo Grau-Lleveria e Morales Pino (2022), ao propor um projeto na contramão do sistema escravista imposto por sua família, João idealiza um modelo de produção inglês e fundamentado na moral protestante. O fracasso de seu intento nos faz refletir acerca da inefetividade de projetos estrangeiros aplicados a uma realidade social completamente distinta: o Brasil Império.

Conforme o exposto, observamos que o narrador se coloca à distância dos acontecimentos e opina sobre os eventos que relata (Ginzburg, 2013), evidenciando a crueldade de Dona Maria das Neves diante de seu filho. Além disso, o narrador que descreve Dom João como o “estudante de Coimbra, o prometido de Emilia, o reformador humanitário”, anuncia também a violenta perda da razão do “pobre louco”, representada no texto como uma espécie de morte (Manso, 2021, p. 27). Do ponto de vista do narrador, é estabelecido um contraste entre a mãe violenta e o filho humanista:

Declarado incurável, sua mãe exercia o cargo de tutora, administrando o patrimônio do pobre louco sempre relegado no engenho de Macacu, *teatro funesto do crime* que o arrebatara do mundo da inteligência, causando-lhe a morte mais cruel, a da razão (Manso, 2021, p. 27-28, grifo nosso)

⁶ “producto de una constante violencia física, psicológica y cultural, cuyo fin era aniquilar su capacidad de construir comunidades e individualidades” (Grau-Lleveria; Morales Pino, 2022, p. 28).

Acrescentamos ainda que, no fragmento anterior, o narrador emite um juízo de valor diante do ocorrido, compreendendo o episódio de violência como um “crime espantoso” para o qual não haverá punição. O narrador também demonstra empatia pela personagem dedicada à ilustração do pensamento, que é acometida pela “morte mais cruel”, isto é, a morte da razão. Por fim, depreendemos que é no espaço do engenho de Macacu que o narrador pinta o primeiro sanguinolento quadro de violência, com a minúcia de detalhes que contribuem para convencer os leitores da verossimilhança do relato.

3.2 Segundo quadro: Chácara de Botafogo

Saímos do Engenho de Macacu e adentramos à Chácara de Botafogo, espaço onde reside o Comendador e sua família. Lembramos ao leitor que, conforme verificamos no capítulo 1 do romance, Dona Maria das Neves decide que D. João deve se casar com a sobrinha Gabriela. Dessa forma, seria possível conservar o poderio econômico nas mãos da família, uma vez que os únicos herdeiros dela são D. João⁷ – o louco – e Gabriel das Neves. Todavia, Gabriela recusa a proposta do casamento, reiterando que já estava apaixonada por um jovem a quem havia conhecido num baile. Dona Carolina tenta convencê-la de que os casamentos são feitos por conveniência, e não por amor. Gabriela, por sua vez, insiste que não se casará e, a partir daí, todos seus esforços são feitos em vão. Assim, como D. João contrariou Dona Maria das Neves, Gabriela contraria as imposições de sua avó e de sua mãe, Dona Carolina. A protagonista decide, então, fugir para o convento, afirmando “prefiro virar freira a me casar com o pobre louco do meu tio” (Manso, 2021, p. 45). Nesse outro quadro de violência, insere-se a personagem Alina, a segunda vítima de violência analisada.

Alina é a personagem escravizada a quem Gabriela confia seu desejo de fuga do casamento arranjado. É a personagem que sofre e que chora ao seu lado,

⁷ Após o episódio de violência, João ficou sob os cuidados de Camila, uma mulher mestiça que tinha a confiança de seus amos. Nessas circunstâncias, Camila se aproximou do homem pelo qual desde jovem nutria afeto. Apesar da impossibilidade de viverem uma paixão, devido à sua condição de escrava, a proximidade corroborou para que eles tivessem dois filhos: Mauricio e Emilia. Suspeitando de que Camila estava interessada na herança da família, Dona Maria das Neves determinou que Gabriela se casaria com Dom João. Com isso, Camila e seus descendentes não seriam reconhecidos como membros da família, tampouco teriam acesso aos bens que seriam, por direito, herdados.

como se não houvesse “escrava, nem senhora, nem branca, nem negra, havia duas mulheres aflitas, cujos corações igualavam a dor e a amizade” (Manso, 2021, p. 68). Para Grau-Lleveria e Morales Pino (2022, p. 31), a violência sofrida por Alina é considerada um martírio ético, dado o sacrifício para proteger, ao mesmo tempo, Gabriela e a imagem de si: “através da voz narrativa, é outorgada a Alina uma agência própria que se inscreve no código de amizade e de fidelidade, não de subjugação e entrega incondicional”⁸. Todavia, interpretamos que essa tentativa de eliminar a hierarquia racial parece mais colaborar com a lógica da “boa escrava”, posto que após a fuga de Gabriela, Alina é duramente castigada por Dona Carolina, na tentativa de descobrir o paradeiro de sua filha. Para isso, Dona Carolina interroga violentamente a “infeliz Alina” (Manso, 2021, p. 81). Ainda assim, Alina não se submete às suas ordens.

Dunstan e Pite (2018, p. 405) corroboram com esse pensamento, afirmando que Alina “sacrifica não apenas seu interesse pessoal, mas sua própria vida, tanto para não trair sua jovem senhora como para se recusar a ser subordinada à ama abusiva e mais velha”⁹.

Durante o interrogatório, Alina afirma que não sabe para qual convento Gabriela havia ido, sendo assim, “nada mais tinha que confessar” (Manso, 2021, p. 82). Todavia, a personagem D. Carolina fica cada vez mais insatisfeita e descrente. Por isso, faz diversas ofertas e supõe que, por ser escrava, Alina se corromperia mais facilmente:

[...] ela se irritou com a infeliz Alina, chamou-a de volta à sua presença e começou a fazer-lhe mil ofertas, seja de dinheiro, de vestidos, até de sua liberdade, para que confessasse se sua ama não recebia cartas de algum rapaz, se ela nunca havia falado de algum com ela etc., etc.; perguntas infames todas (Manso, 2021, p. 82).

Ao contrário do que pensa Dona Carolina, o trecho indica que Alina não estava disposta a aceitar nenhum tipo de suborno. Por isso, Dona Carolina lhe impôs um castigo semelhante ao castigo imposto à D. João. Dessa vez, além da questão de raça, nos deparamos com a questão de gênero. Alina não foi somente amarrada, como também foi cruelmente despida, conforme o trecho: “A pobre negra foi levada

⁸ “a través de la voz narrativa, le otorga a Alina una agencia propia que se inscribe en un código de amistad y de fidelidad, no de subyugación y entrega incondicional” (Grau-Lleveria; Morales Pino, 2022, p. 31).

⁹ “sacrifice not only her self-interest but her very life, both so as not to betray her younger mistress and to refuse to be subordinated to the abusive, older mistress” (Dunstan; Pite, 2018, p. 405).

para o quartel do castigo, brutalmente despida, amarrada ao tronco da dor, e torturada diante daquela fúria sem alma e sem consciência!" (Manso, 2021, p. 83).

Consoante a Lleveria e Morales Pino (2022), compreendemos que o texto desarticula o discurso colonial o qual afirma que o corpo do escravizado poderia suportar uma dor desumana. Pelo contrário, o narrador enfatiza a desumanidade do castigo imposto por Dona Carolina, ao considerá-la uma "fúria sem alma" e "sem consciência". Tal caracterização revela uma postura crítica diante das atrocidades cometidas pela personagem agente de violência. Por meio desse olhar, o narrador alerta os leitores, de forma explícita, sobre os efeitos da violência na qual se firma a escravidão (Grau-Lleveria; Morales Pino, 2022).

Mais adiante, ao nos depararmos com a cena de tortura, identificamos uma equivalência entre a descrição da tortura sofrida por D. João e por Alina, além do uso do mesmo instrumento de agressão: o chicote. Notamos também que a crueldade de D. Carolina é reforçada pelo riso:

Em vão ela viu a carne de sua vítima enrugando-se açotada pelo chicote, depois voar em pedaços e o sangue correr de seu corpo; ela sequer piscou! Aos gemidos de angústia, aos gritos de dor, ela respondia com uma *risada triunfante* e com irônicos apelidos! (Manso, 2021, p. 83, grifo nosso).

Com a chegada de Gabriel das Neves na chácara, o castigo foi suspenso e Alina foi deixada "amarrada e nua, abandonada à sua sorte" (Manso, 2021, p. 83) na Chácara de Botafogo, enquanto a família do Comendador saiu em busca de Gabriela:

Ninguém se lembrou da infeliz Alina, e subiram no coche que os levou à corte, sem dar nenhuma ordem relativa a ela; quase na metade do caminho, foi a própria Mariquinha quem timidamente lembrou a sua mãe, e pediu permissão para assim que chegassem à cidade, enviar um mensageiro dizendo que a curassem. Dona Carolina resistiu, mas sua filha a lembrou de que a escrava podia perder os sentidos, e então, como sua cólera já havia baixado alguns graus, não por humanidade, mas por interesse, ela consentiu (Manso, 2021, p. 84).

Mariquinha, filha de Dona Carolina, parece não compactuar com a atitude de sua mãe, preocupando-se em enviar ajuda para Alina. No entanto, ao chegar o médico, Alina já estava praticamente morta. Diante de tal sofrimento, o narrador denota empatia ao descrever o martírio de Alina que "foi desamarrada, mas já era tarde... uma espuma sanguinolenta entre horríveis convulsões saía de seus lábios... e um

momento depois morreu, aniquilada pelas horríveis dores de seu martírio!” (Manso, 2021, p. 85).

Nesse sentido, reconhecemos que outras nuances de violência se pintam no segundo quadro analisado. Compreendemos que a personagem Alina é desumanizada, não somente por não responder aos questionamentos de Dona Carolina, mas também por ser uma mulher escravizada, tratada como posse de seu senhor e, nesse caso específico, de sua senhora. Por último, destacamos que a motivação da violência senhorial cometida por Dona Carolina caracteriza-se como expressão do racismo.

3.3 Dois quadros e uma relação

Ginzburg (2013) afirma que a ocorrência da violência física nas narrativas pode impactar as personagens afetivamente ligadas às personagens vítimas de violência. No caso do romance *A família do Comendador*, observamos que é a recorrência da violência que provoca mudanças significativas nas personagens. Recordemos o caso de D. João, que, ao retornar ao Brasil, apresenta uma proposta de mudança no manejo dos negócios da família, por notar a permanência das cenas de escravidão vistas em sua infância. Contudo, ao expor suas ideias humanistas, é tratado da mesma forma que as pessoas escravizadas, sendo açoitado no tronco, com os pés e mãos amarrados.

Não é à toa que a personagem, após se tornar vítima de sua família, perde a memória e fica “louco”. Após a agressão, D. João vive durante vários anos em estado de loucura, até que recupera a memória após escutar os gritos de Alina:

[...] sentiu em sua memória o despertar de uma recordação adormecida há muito tempo... A tortura de Alina, cujos gritos ele ouviu, cada vez mais avivaram aquelas memórias que D. João não decifrava a quem pertenciam; eram para ele como a memória de um quadro que não sabia onde o tinha visto, era um romance que já tinha lido, não sabia onde, nem qual era o seu título... e quando tudo isso passava no coração do desafortunado, veio uma voz pura e vibrante dizer-lhe entre lágrimas e soluços, Pai!!! (Manso, 2021, p. 86).

O narrador expressa, novamente, empatia diante da condição da personagem “desafortunada”. Somado a isso, aponta que o afeto do filho Mauricio cumpre um considerável papel no processo de recuperação de sua memória, que fora perdida

após o trauma da violência sofrida em sua juventude. Apesar do papel cumprido por Mauricio, consideramos a recorrência da violência naquele espaço como principal fator na recuperação da memória de D. João. Por testemunhar a violência sofrida por Alina, D. João rememora os tristes quadros da escravidão vistos em sua infância e os castigos dos quais fora vítima em sua vida adulta.

Vale salientar que é possível considerar os espaços da Chácara de Botafogo e do Engenho de Macacu como representações da sociedade brasileira oitocentista, dado os valores escravistas da família das Neves e os recorrentes episódios de violência racista nesses espaços.

4 Moldura final

Diante do exposto, evidenciamos as motivações autoritárias e racistas que dão tom aos quadros de violência pintados em *A família do Comendador*. As personagens agentes de violência, Dona Maria das Neves e Dona Carolina, valem-se de suas autoridades irrevogáveis para violentar física ou psicologicamente a todos aqueles que vão na contramão de seus desígnios, sejam pessoas escravizadas ou membros da própria família. Já D. João, personagem vítima de violência, sente empatia pelas pessoas escravizadas e propõe mudanças na administração dos “negócios” da família que favoreceriam àquelas pessoas que viviam em condições desumanas. No entanto, por defendê-la, a personagem torna-se vítima da mesma violência. Paralelamente, Alina coloca-se no lugar de Gabriela e, mesmo sem saber o paradeiro de sua “senhora”, enfrenta a ira de Dona Carolina. Dessa forma, ambas as personagens se sacrificam por ideias que acreditam e defendem.

Em nossa leitura, compreendemos que a descrição da violência física sofrida por D. João e por Alina funciona como crítica ao regime escravista e retrata as mazelas de distintas classes do contexto brasileiro do século XIX. Enquanto D. João, branco e herdeiro, pertencente à família Das Neves, foi levado à enfermaria, Alina, por sua vez, negra e escravizada, foi abandonada. Portanto, concluímos que as personagens vítimas de violência analisadas neste trabalho estão separadas por questões de classe, raça e gênero.

Como pudemos refletir, o narrador descreve de forma semelhante os episódios de violência sofridos por Dom João e por Alina. Todavia, a narrativa lhes reserva desenlaces distintos: D. João recupera a consciência e dispõe da presença de seus

filhos; Alina, no entanto, morre por não receber atenção médica a tempo. As adjetivações feitas pelo narrador, tais como “pobre louco” e “infeliz Alina”, também revelam seu posicionamento a respeito do que relata, demonstrando empatia pelas personagens (Ginzburg, 2013).

Os dois episódios de tortura apresentados neste artigo poderiam nos levar a caracterizar as personagens agentes de violência pela impiedade e as personagens vítimas pela humanidade. Contudo, alertamos que, nesse romance, as personagens lidas como impiedosas não podem ser tomadas simplesmente como boas ou más. Diante da morte, por exemplo, Dona Maria das Neves expressa um conveniente arrependimento pelos seus atos através do registro deixado em testamento¹⁰. Em busca por redenção, a senhora acaba por distribuir a herança ao filho de D. João e Camila – Maurício¹¹ – e liberta sua neta Gabriela do casamento forçoso. Individualmente, resolve-se o dilema da família das Neves. Contudo, a obra não propõe mudanças radicais e estruturais na sociedade. Assim, apesar da pertinente resolução dada ao caso da família das Neves, as tiranias sociais advindas do modelo escravista seguem existindo.

Conforme sugerido a partir da análise do primeiro quadro de violência, a obra parece conceber que um novo modelo de sociedade não poderia ser conquistado por meio da imposição de novas normas, ou seja, por meio da violência. Por isso, observamos que, assim como Nísia Floresta, Juana Manso apela aos valores cristãos para questionar por que as pessoas eram escravizadas se “*Deus os havia feito livres* como a ele e um abuso cruel e feroz atropelara essa liberdade, acorrentando-os a mais bárbara escravidão” (Manso, 2021, p. 25-26, grifo nosso).

Por fim, apontamos dois possíveis desdobramentos relevantes deste trabalho. O primeiro refere-se ao estudo dos espaços de violência em *A família do Comendador*, quais sejam: o Engenho de Macacu e a Chácara de Botafogo. O segundo diz respeito ao estudo da memória e do trauma, considerando a violência física e simbólica sofrida pelo personagem D. João.

¹⁰ Conforme o fragmento do capítulo final: “Dona Maria das Neves deixava livres muitos escravos, particularmente os que mais sofreram, acompanhando-lhes a liberação de pequenos legados. Dividia o resto de sua fortuna igualmente entre seus filhos João e Gabriel, deixava legados iguais para suas noras Carolina e Camila, e o mesmo espírito de justiça dominava as demais ordens do testamento em relação a seus netos” (Manso, 2021, p. 151).

¹¹ Ao receber a herança, “De posse dos vultosos bens de seu pai e de sua avó, Maurício deu liberdade a todos os escravos que lhe couberam, deu-lhes um campo para construir suas cabanas e roçados, vendeu os engenhos e transformou todo o seu capital em dinheiro” (Manso, 2021, p. 152).

Como última pincelada, podemos concluir que os quadros pintados no romance constituem a história brasileira em sua formação, e se encontram, lamentavelmente, presentes na estrutura da nossa atual sociedade, fazendo novas vítimas em outros contextos, repintando tais quadros.

SAD PICTURES OF SLAVERY: VIOLENCE IN THE NOVEL *LA FAMILIA DEL COMENDADOR*, BY JUANA MANSO

Abstract: The novel *La familia del Comendador* (1854), written by Juana Paula Manso, leads the reader to the stunning landscape of the nineteenth-century Rio de Janeiro. However, it also denounces the conflicts faced by the members of a wealthy family in Engenho de Macacu and Chácara de Botafogo. Through a seemingly innocent love story, the novel unmasks the painful face of slavery and reveals the racism rooted in the nineteenth-century Brazilian society. In this paper, we aim to analyze the episodes of physical violence in the novel, employing the narrator and the character as the analytical categories. Our theoretical framework is based on the studies of Ginzburg (2012, 2013), in the field of Literature and Violence. In the investigated excerpts, we demonstrate that the motives behind the pictures of violence painted in the novel can be characterized as authoritarian and racist.

Keywords: Literature and violence. Slavery. *La familia del Comendador*.

Referências

CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta presente: uma brasileira ilustre*. Natal: Mariana Hardi, 2019.

DUNSTAN, Inés; PITE, Rebekah. Mistress vs Maid: Race, Class, Nation and Boundaries between Women in Argentine Fiction since the Mid Nineteenth Century. *Gender & History*, v. 30, n. 2, p. 401-422, 2018.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. In: DUARTE, Constância (org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EdUFRN, 2009. p. 45-83.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: EDUSP, 2012.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2013.

GRAU-LLEVERIA, Elena; MORALES PINO, Luz Aina. Redes biopolíticas para la desarticulación del biopoder esclavista en *La familia del Comendador* de Juana Paula Manso (1860). *Cuadernos de Literatura*, [S. l.], v. 26, p. 24, 2022. Disponível em:

<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cualit/article/view/35750>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MANSO, Juana. A família do Comendador. *A Imprensa*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 18-23, 15 jan. - 27 fev. 1853. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa/758388>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MANSO, Juana. *A família do Comendador*. Tradução de Regina Simon, Miriam Cristine, Luma Virgínia e Maraysa Araújo. Rio de Janeiro: Pinard, 2021.

MANSO, Juana. *La familia del Comendador*: novela original. Buenos Aires: Imprenta de J. A. Bernheim, 1854.

MANSO, Juana. *Los Misterios del Plata*: Episodios históricos de la época de Rosas escritos en 1846. Córdoba: Buena Vista Editores, 2011.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

SILVA, Regina Simon da. La familia del Comendador: um retrato do Brasil do século XIX, por Juana Manso. *Revista Contexto*, Vitória, v. 1, n. 37, p. 202-223, 2020.

SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil*: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007.

Recebido em 15/03/2023

Aceito em 27/11/2023

Publicado em 30/11/2023